

DOI 10.36638/1981-061X.2025.30.2.765

## A crise em níveis: o todo artístico dos três volumes de *O capital* de Karl Marx

### Crisis in levels: the artistic whole of the three volumes of *Capital* by Karl Marx

Ana Clara Passos Presciliano\*

**Resumo:** O presente artigo investiga como a crise econômica é concebida nos Livros I, II e III de *O capital*, de Karl Marx, buscando reconstruir a unidade entre produção, circulação e reprodução do capital. Parte-se da hipótese de que a crise é imanente ao modo de produção capitalista e se desenvolve à medida que o conceito de capital se complexifica, manifestando-se em quatro níveis interligados: a cisão entre compra e venda (Livro I), o limite da produção de mais-valor (Livro I), o desequilíbrio entre setores produtivos no movimento do capital (Livro II) e a “erupção violenta” das figuras autonomizadas com a interrupção do ciclo de valorização (Livro III). Sustenta-se que essas dimensões revelam diferentes momentos de uma mesma contradição fundante, que percorre a lógica do capital desde sua aparência mais simples até sua manifestação global.

**Palavras-chave:** Crise econômica; capital; circulação; Karl Marx; mais-valor.

**Abstract:** This article investigates how economic crisis is conceived in Marx's *Capital*, Volumes I, II, and III, aiming to reconstruct the unity between production, circulation, and reproduction of capital. It starts from the hypothesis that crisis is immanent to the capitalist mode of production and develops as the concept of capital becomes more complex, manifesting itself in four interconnected levels: the split between buying and selling (Volume I), the limit of surplus-value production (Volume I), the disequilibrium among productive sectors in the movement of capital (Volume II), and the “violent eruption” of autonomized forms with the interruption of the valorization cycle (Volume III). These dimensions are argued to reveal different moments of the same foundational contradiction, running through the logic of capital from its simplest appearance to its global manifestation.

**Keywords:** Economic crisis; capital; Karl Marx; circulation; surplus value.

### Introdução

O estudo das crises constitui um dos núcleos fundamentais da crítica da economia política de Karl Marx. Nos três volumes de *O capital*, a crise não aparece como um acidente externo ao modo de produção capitalista, mas como expressão de suas próprias contradições internas. No entanto, a forma como a crise é tematizada varia substancialmente entre os Livros I, II e III, o que levanta uma questão central: como essas formulações distintas se articulam no interior da totalidade teórica da obra? Para responder a essa pergunta, tomamos como base interpretativa central os próprios textos de Marx, e contamos também com o auxílio da leitura desenvolvida por intérpretes de sua obra.

\* Mestre e doutoranda pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: anaclarapresciliano@gmail.com.

No Livro I, a crise aparece associada às contradições entre a produção e a valorização do valor, articuladas à extração de mais-valor e à dinâmica da acumulação; no Livro II, ela passa a advir do desequilíbrio sistêmico na circulação do capital enquanto capital, ligado à dificuldade de realização do mais-valor; já no Livro III, o foco se desloca para figuras derivadas do capital – como o capital portador de juros e o capital fictício – em que a contradição assume um nível mais complexo, marcado pela autonomização das figuras e pelo distanciamento em relação ao valor produzido no processo de trabalho.

A análise aqui empreendida parte do pressuposto de que essa aparente descontinuidade entre os três momentos da obra de Marx revela, na verdade, a coerência interna da sua lógica dialética<sup>1</sup>. O que se observa é uma passagem da contradição imanente à produção de mais-valor para a contradição entre as figuras desenvolvidas do capital e os limites materiais da produção de valor.

No esforço de sistematizar logicamente a categoria de crise em *O capital*, Jorge Grespan propõe uma leitura que distingue quatro níveis conceituais nos quais a crise se manifesta, cada um correspondente a um momento específico da exposição marxiana. Trata-se, como ele próprio assinala, de uma periodização conceitual e não empírica, voltada à reconstrução da lógica interna da crítica da economia política<sup>2</sup>. Essa periodização reforça a tese central do presente artigo: a crise é imanente ao capital e se desenvolve dialeticamente à medida que essa forma se complexifica.

O primeiro nível da crise aparece na própria circulação simples de mercadorias, onde Marx já identifica a cisão potencial entre compra e venda<sup>3</sup>. A possibilidade de

---

<sup>1</sup> Marx via *O capital* como um “todo artístico” no qual cada obra cumpria uma função muito bem delineada, em que o Livro I investiga o processo de produção capitalista em si mesmo, apresentado como processo direto de produção, ainda abstraídos os efeitos causados por circunstâncias alheias; o Livro II complementa a biografia do capital ao apresentar o seu processo de circulação no mundo real, e ao final, na seção III, ao modo com que o processo de produção capitalista é a unidade dos processos de produção e circulação; por fim, no Livro III, completa a arquitetura da obra ao desenvolver reflexões gerais sobre a mencionada “unidade”, expondo as formas concretas advindas do processo de movimento do capital considerado como um todo (MARX, 2017, p. 53).

<sup>2</sup> Grespan ainda vai além ao afirmar que o estudo das crises é fundamental para compreender a própria noção de capitalismo dentro da obra marxiana, bem como a sua crítica: “Neste sentido, um estudo completo da concepção marxiana do capitalismo deve sempre levar em conta a dimensão em que a negatividade do capital aparece enquanto crise e também a forma com que esta última se combina para compor movimentos em direções determinadas e em períodos de tempo circunscritos. Além disso, em segundo lugar, apreendida como expressão da negatividade imanente ao capital, a crise está na base da crítica ao capitalismo, conforme um significado especificamente marxiano de crítica: não se trata de uma reflexão exterior que aponta os limites deste sistema, e sim dos limites alcançados por ele mesmo com o desenvolvimento de suas potencialidades e com a exposição de suas contradições fundamentais nos processos que ele realiza.” (GRESPAN, 2012, p. 23)

<sup>3</sup> Marx se opôs à Lei de Say, que propunha um equilíbrio necessário entre oferta e demanda. A Lei de Say pressupõe uma economia de trocas diretas de produtos, mas Marx argumenta que, em uma economia monetária, o dinheiro pode ser retido fora da circulação, interrompendo o ciclo de reprodução do capital. Quando o dinheiro é acumulado sem ser reinvestido, surge a possibilidade de crise, já que o fluxo econômico é interrompido (MARX, 2017, pp. 208-9; GANDER, 2019, p. 10). Como Heinrich (2014, p. 179) observa, os economistas clássicos e neoclássicos, ao usar a Lei de Say, pressupõem uma

uma interrupção no circuito mercantil – isto é, de que uma mercadoria seja vendida sem que o valor correspondente seja imediatamente realizado em nova compra – introduz a possibilidade formal da crise. Ainda que não haja capital propriamente dito neste estágio da exposição, mesmo que esteja pressuposto<sup>4</sup>, a não-identidade entre os momentos da troca inaugura o espaço lógico da ruptura.

O segundo nível é o da produção imediata de mais-valor, momento central do Livro I. Aqui, a crise se expressa na contradição entre o capital e o trabalho, especialmente na tendência à substituição do trabalho vivo por trabalho objetivado. Essa contradição conduz à possibilidade de uma produção de mais-valor que, no entanto, pode não encontrar condições de realização. A produção do mais-valor contém, assim, seu próprio limite.

No terceiro nível, a crise surge na circulação do capital enquanto capital, tal como desenvolvido no Livro II. O processo de metamorfoses do capital – de capital-dinheiro a capital produtivo e, por fim, capital-mercadoria – envolve um encadeamento complexo de etapas cujo descompasso pode interromper a reprodução. A separação entre os diversos ciclos dos capitais individuais expõe o sistema a rupturas internas. Aqui, a crise não é mais só potencial ou localizada, mas pode se difundir no sistema como um todo.

Por fim, no quarto nível, Marx analisa a crise no contexto do processo global de reprodução do capital social, tratado no Livro III. É nesse ponto que a crise assume sua forma mais desenvolvida: como resultado da autonomização das figuras do capital e da desproporcionalidade entre os diversos ramos da produção e entre capital e consumo social. Trata-se do momento em que a contradição total do capital se manifesta abertamente, revelando a negatividade que o estrutura.

Essa periodização, ao mesmo tempo lógica e conceitual, demonstra como a

---

economia sem dinheiro, ignorando as dinâmicas que podem levar à crise.

<sup>4</sup> A título de esclarecimento, conforme mencionado anteriormente, busca-se realizar aqui uma periodização conceitual e não empírica dos momentos de crise aqui tratados. Sendo assim, não há que se falar em uma espécie de cronologia histórica entre os níveis de crise, o que levaria à interpretação equivocada de que se estaria tratando de uma espécie de circulação simples antes do próprio surgimento do capital e do modo de produção capitalista, mas sim, que no momento da exposição em que é abordada a circulação simples, o capital ainda está apenas pressuposto na exposição, sendo desenvolvido em momento posterior da obra. Outra interpretação não seria possível, já que como o próprio Marx elucida, ele não aborda as categorias econômicas conforme o seu desenvolvimento histórico, mas sim, da sua articulação dentro da sociedade burguesa moderna: “Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem ‘na ideia’ ([como em] Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa.” (MARX, 2011, p. 51).

crise percorre toda a exposição de *O capital*, desde suas categorias mais simples até sua forma mais complexa. Longe de ser um fenômeno marginal, ela é a expressão da própria totalidade contraditória do capital: “A crise é elemento básico da dinâmica global capitalista.” (GRESPLAN, 2012, p. 24) Dessa forma, crise e capital estão profundamente interligados: à medida que o capital assume níveis mais concretos e complexos de definição, o conteúdo do conceito de crise também se torna mais abrangente, refletindo essas mesmas passagens de nível no processo de exposição.

A metodologia adotada combina análise imanente e reconstrução teórica. O objetivo não é apenas identificar diferenças entre os livros, mas compreender como elas se articulam no interior de uma totalidade lógica. A conclusão busca sugerir que a unidade entre os tratamentos da crise permite aprofundar a crítica do capitalismo como forma social historicamente determinada e radicalmente contraditória.

### A crise no Livro I: a contradição entre produção e valorização

No Livro I de *O capital*, Marx estabelece os fundamentos da lógica do capital, com foco na sua reprodução ampliada e na produção do mais-valor. A crise, nesse contexto, não é ainda tematizada em seus desdobramentos empíricos ou institucionais, mas aparece como um resultado necessário das contradições internas do processo de valorização.

Nesse sentido, a concorrência entre capitais individuais faz com que o crescimento da produção não corresponda à expansão da demanda necessária à realização do capital. A sua reprodução ampliada exige a constante transformação do mais-valor em capital, chamada acumulação de capital (MARX, 2013, p. 429), mas essa acumulação depende de condições que ele não pode garantir sistematicamente: o consumo dos trabalhadores é limitado, e a expansão dos mercados não acompanha a capacidade produtiva<sup>5</sup>.

Por isso, mesmo antes da tematização do capital fictício ou da financeirização, o Livro I já apresenta a crise como o momento em que a contradição entre forças produtivas e relações de produção se manifesta de forma aguda. Essa contradição se expressa na superprodução de mercadorias que não conseguem ser realizadas no

<sup>5</sup> A tradição do subconsumo remonta a Rosa Luxemburgo, que em *A acumulação do capital* (1970) defende que o capitalismo depende da existência de mercados não capitalistas para realizar o mais-valor e expandir-se, através do imperialismo, já que o consumo dos trabalhadores seria insuficiente para absorver toda a produção. Essa leitura é retomada e desenvolvida por autores vinculados à revista *Monthly Review*, como Paul Sweezy (*Teoria do desenvolvimento capitalista*, 1986), que combina o subconsumo com a questão da lei tendencial da taxa de lucro, e por Robert W. McChesney e John Bellamy Foster, que em *The endless crisis* (2012) atualizam a análise sob a forma de subinvestimento crônico e demanda insuficiente, interpretando as crises contemporâneas como expressão da saturação dos mercados e do esgotamento da capacidade de absorção do sistema.

mercado, ou seja, vendidas com lucro, e na expulsão de trabalhadores, que intensifica o desequilíbrio entre produção e consumo.

Como veremos, a leitura da crise como forma do limite interno da valorização permite compreender a função destrutiva-criadora das crises, que reaparecerá com maior complexidade no Livro III. No Livro I, a crise já aparece como imanente ao capital: não como catástrofe vinda de fora, mas como expressão de sua estrutura contraditória. Mais especificamente, serão analisadas nesta seção as modalidades de crise na circulação simples e no processo de produção de mais-valor, como se passa a expor.

#### **A crise na circulação simples: a cisão entre compra e venda**

O primeiro nível conceitual da crise aparece já na forma mercantil mais simples, anterior mesmo à exposição do capital propriamente dito dentro de *O capital*, ainda que ele esteja pressuposto. Na circulação simples – o circuito M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria) – Marx demonstra que há uma separação lógica entre os atos de venda (M-D) e de compra (D-M), o que cria a possibilidade de interrupção do processo de troca. Essa cisão, longe de ser um mero acidente técnico, revela uma contradição interna enraizada na própria constituição da mercadoria enquanto unidade de valor de uso e valor, o que será explicado em detalhe adiante.

De início, temos que a mercadoria visa satisfazer necessidades humanas por meio de suas propriedades – sejam essas necessidades “do estômago ou da imaginação” – e, nesse sentido, cada mercadoria possui um caráter qualitativo singular, seu valor de uso (MARX, 2013, p. 113). Mas, ao mesmo tempo, para ser intercambiável, deve conter algo em comum com outras: o valor, que expressa o trabalho humano abstrato nela objetivado.

Assim sendo, ao entrar na esfera da troca, a mercadoria já não é mais reconhecida por sua utilidade, mas por sua capacidade de ser trocada por outras mercadorias. Essa relação é mediada pelo valor de troca, que exprime uma proporção quantitativa na qual valores de uso distintos podem ser intercambiados. Isso só é possível justamente porque as mercadorias são produtos do trabalho humano, mas não qualquer trabalho – trata-se do trabalho humano abstrato, ou seja, o trabalho reduzido a uma mesma medida homogênea, mensurável em tempo socialmente necessário para a produção (MARX, 2013, pp. 116-7).

Essa qualidade do trabalho abstrato – de justamente abstrair a especificidade concreta do trabalho individual em favor de uma mediação social indireta – é o que permite que as mercadorias se tornem comparáveis na troca. É justamente a oposição entre valor de uso e valor que dá forma à expressão de equivalência entre mercadorias, pois a troca só pode ocorrer quando duas mercadorias se confrontam enquanto

portadoras de valor, apagando suas utilidades particulares. Nessa operação, o trabalho abstrato aparece como o fundamento real do valor e, ao mesmo tempo, como a condição de possibilidade da crise: ao unificar socialmente os trabalhos privados pela via da equivalência, ele institui uma forma de mediação que carrega desde o início uma contradição – entre a particularidade dos produtores e a generalidade da forma social do valor. Essa contradição estrutural, própria da forma de sociabilidade fundada na mercadoria, antecipa logicamente o potencial de ruptura da troca, conferindo ao trabalho abstrato não apenas a função de constituir o valor, mas também de fundamentar a possibilidade da crise (GRESPLAN, 2012, p. 56).

Portanto, a distinção entre valor de uso e valor de troca já introduz uma tensão estrutural entre a materialidade e a forma social do produto do trabalho. Também a forma social do trabalho – sua submissão à lógica do valor – se sobrepõe à sua função material, criando um descompasso entre o que é produzido e o que pode efetivamente circular e realizar-se como valor. Tal contradição se manifesta com intensidade particular nas crises: há abundância de mercadorias, mas impossibilidade de vendê-las; há capacidade produtiva, mas não de consumo. Em outras palavras, o que é útil deixa de ter valor, revelando que o conteúdo material do trabalho só importa enquanto veículo da forma-valor. Nesse momento, a cisão entre forma e conteúdo, entre valor de uso e valor de troca, deixa de ser apenas lógica e torna-se socialmente explosiva.

Pois bem, cada mercadoria, em si, é unidade de valor de uso e valor, mas, ao entrar em relação com outra na troca, essa duplicidade se desdobra de maneira assimétrica. Uma delas aparece como a mercadoria cujo valor precisa ser expressado – ou seja, assume a forma-valor relativa –, enquanto a outra figura como aquela na qual o valor da primeira é expresso, ocupando a forma de equivalente. Essa relação torna visível a cisão interna da mercadoria, pois aquilo que antes estava contido nela – a oposição entre valor de uso e valor – agora se manifesta no espaço social como uma oposição entre duas mercadorias distintas.

O valor de uso, nesses termos, não exerce a mesma função em ambas as posições. Na mercadoria equivalente, seu valor de uso serve não apenas como suporte do seu próprio valor, mas também como suporte da expressão de valor da outra mercadoria. Essa duplicidade faz com que o valor de uso da mercadoria equivalente se converta na forma fenomênica do valor, ou seja, em aparência sensível de algo que lhe é oposto por definição. Como Marx afirma, “o valor de uso se torna forma de aparecimento de seu contrário, do valor” (MARX, 2013, p. 111). É por isso que a troca social de mercadorias revela, através de uma oposição externa, a contradição interna que define a forma-mercadoria.

A distinção entre forma-valor relativa e forma-equivalente constitui, portanto, o par conceitual fundamental para a dedução da forma-dinheiro. No primeiro momento dessa dedução (forma simples de valor), qualquer mercadoria pode ocupar qualquer um dos polos da relação. Já na forma desenvolvida (forma II), essa relação se complexifica: uma mercadoria em posição relativa pode ser expressa em múltiplas outras, que funcionam como seus equivalentes. É nesse estágio que o sistema de trocas generalizadas se configura: a equivalência já não é limitada a pares isolados, mas abrange toda a rede mercantil (MARX, 2013, p. 119).

No terceiro momento, há uma inversão dos polos: em vez de cada mercadoria ter muitas equivalentes, todas as mercadorias passam a expressar seu valor em uma única mercadoria, que passa a exercer a função de equivalente universal – esta é a forma III. Essa inversão, contudo, não é apenas uma reorganização formal. À medida que se desenvolve a forma-valor em geral, desenvolve-se também a oposição entre os seus dois polos. A forma III estabelece, então, um salto qualitativo: o mundo das mercadorias como um todo assume a forma-valor relativa, enquanto apenas uma mercadoria específica – como o ouro – é excluída dessa posição e elevada à função de expressar o valor de todas as demais (MARX, 2013, p. 120).

Assim, manifesta-se o aspecto de exclusão mútua entre o equivalente universal e as demais mercadorias. Todas renunciam à função de equivalente e designam uma única mercadoria para ocupá-la; por sua vez, essa mercadoria – agora socialmente reconhecida como equivalente universal – é excluída da forma-valor relativa. É essa relação de dupla exclusão que institui, de um lado, o valor social imediato do equivalente universal (sua permutabilidade direta com todas as outras mercadorias), e, de outro, a autonomização da forma-valor como forma social cristalizada, prenunciando o fetichismo e, mais adiante, as modalidades de crise.

Com isso surge uma mercadoria especial que passa a funcionar como equivalente universal: o dinheiro. Historicamente encarnado no ouro, mas também em outras formas, ele cristaliza o valor das demais mercadorias em uma forma geral, socialmente válida, de equivalência, colocando-se como o valor autonomizado das mercadorias (MARX, 2013, p. 121).

É nesse ponto que se insere a forma “visível” do fetichismo da mercadoria<sup>6</sup>, na

---

<sup>6</sup> Em sua análise da forma mercadoria Marx revela que, sob o modo de produção capitalista, as relações sociais entre os indivíduos assumem a forma de relações entre coisas. Esse fenômeno, que ele denomina fetichismo da mercadoria, consiste na naturalização das formas sociais próprias do capitalismo: o valor aparece como uma propriedade imanente aos objetos, e não como expressão de uma relação social mediada pelo trabalho. Assim, as mercadorias parecem possuir valor por si mesmas, como se o trabalho humano nelas incorporado não fosse o fundamento real dessa valorização. Como observa Marx, “é apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma

forma do fetichismo do dinheiro: ao condensar em si a função de equivalente universal, o dinheiro deixa de ser apenas uma mercadoria entre outras e passa a representar diretamente o valor em sua forma mais abstrata e socialmente validada. Esse processo intensifica o apagamento da mediação social do trabalho: já não é a troca entre mercadorias que revela o valor, mas o próprio dinheiro que parece criar valor por si mesmo. O fetichismo do dinheiro, portanto, não é uma mera ilusão subjetiva, mas a objetivação social de uma aparência necessária: ele expressa uma forma de dominação impessoal em que a mediação social efetiva (o trabalho abstrato) permanece encoberta por uma forma autonomizada e aparente (o dinheiro). O valor aparece como se emanasse do dinheiro, e não do trabalho, consolidando assim a forma invertida da realidade social própria do capitalismo (GRESPLAN, 2012, p. 66).

Quando o dinheiro passa a ser percebido como portador de um poder próprio de alocar valores – como se essa capacidade fosse uma propriedade inerente a ele –, consolida-se o fetichismo da forma monetária. Esse processo se intensifica nas crises, quando a ideia de uma distribuição racional e funcional mediada pelo dinheiro é abalada. Nessas circunstâncias, o dinheiro mantém seu caráter fetichizado, apresentando-se como algo externo e incontrolável, enquanto a crise, por sua vez, assume a aparência de um evento transcendental, misterioso e inevitável, cuja solução escapa às ações individuais dos agentes econômicos. Assim, tanto o dinheiro quanto a própria crise compartilham um mesmo traço enigmático, típico das formas sociais fetichizadas. Ao desvendar essas formas, Marx busca justamente elucidar o mistério da crise, revelando-o como expressão objetiva das contradições internas do capital (GRESPLAN, 2012, p. 67).

É possível afirmar, então, que ao se colocar como equivalente universal o dinheiro já se torna um germe de crise. Ocorre que ele não funciona apenas como meio de circulação de mercadorias, mas também como meio de pagamento. Sendo assim, se A pode usar um crédito que possui com B, a fim de pagar o que deve a C, e este a D, o que pode culminar em uma infinidade de obrigações com o mesmo montante de dinheiro, uma interrupção em um desses pagamentos pode gerar um grande efeito em cadeia, donde também podem surgir crises ainda mais graves (GRESPLAN, 2012, p. 70)<sup>7</sup>.

Ao redor dele se consolida a forma social da permutabilidade geral, e com isso

---

"fantasmagórica de uma relação entre coisas" (MARX, 2013, p. 122). O fetichismo, portanto, não é um erro de percepção individual, mas uma forma objetiva de aparência social, produzida pela própria estrutura do capital, que oculta a exploração do trabalho e torna opaca a origem social das categorias econômicas.

<sup>7</sup> Isso tomará concretude no último nível da crise, ao se tratar da autonomização dos títulos jurídicos e a acumulação de reivindicações.

a crise assume um novo nível de complexidade: ela pode agora se expressar como ruptura na função do dinheiro como meio de circulação e medida de valor. Temos então, no nível da circulação dois momentos de crise: a primeira forma determina a crise a partir da mera impossibilidade eventual de vender as mercadorias, com a interrupção da circulação; a segunda forma é mais complexa porque supõe a primeira, pois a “não realização de toda uma sequência de pagamentos” é originada por não se poder vender a “mercadoria determinada neste prazo determinado”, simultaneamente potencializando a gravidade da primeira forma:

O fundamento das crises na esfera da circulação simples de mercadorias, assim, está na dificuldade de vendê-las, o que aponta para o caráter distintivo do dinheiro como expressão universal do valor que sempre pode ser retido ou deslocado para outro lugar, interrompendo as transações correntes e, com isso, o fluxo de pagamentos. Daí que Marx diga, analisando a crise de 1857-1858: “[...] em tais momentos em que todas as mercadorias são invendáveis, há [...] de fato mais compradores do que vendedores de uma mercadoria, o dinheiro, e mais vendedores do que compradores de todo outro dinheiro, as mercadorias. Em uma crise, todos querem obter dinheiro para ter acesso aos valores de uso que lhes satisfazam necessidades, e todos querem se desfazer das mercadorias que produziram, pois não as produziram para o seu próprio consumo e sim para vender e obter dinheiro. Se, no percurso normal da circulação, o dinheiro aparece como uma mercadoria e as mercadorias como formas do dinheiro, ou seja, imediatamente conversíveis nele, na crise a distinção das duas formas-valor opostas se evidencia e abisma.” (GRESPAN, 2012, p. 72)

Consequentemente, essa abertura à interrupção temporal introduz um princípio formal de crise. O valor, enquanto promessa de equivalência futura, passa a depender de condições externas para se efetivar. Surge aqui uma tensão entre forma e conteúdo: o dinheiro aparece como meio universal da troca, mas sua eficácia depende de um contínuo fluxo social de confiança e circulação. Se este fluxo é rompido – por retração da demanda, escassez de moeda, ou expectativa de crise – o sistema entra em colapso.

A crise neste ponto da exposição é o momento em que a separação entre os momentos da circulação simples – vender e comprar – deixa de ser apenas uma possibilidade formal e se manifesta como ruptura efetiva, isto é, como autonomização concreta desses polos. Essa autonomização, porém, não é sustentável: ela revela justamente a impossibilidade de sua manutenção, pois os momentos separados só existem como partes de uma unidade contraditória. Assim, a crise torna-se a forma pela qual essa unidade – essencialmente mediada e interdependente – se restabelece de maneira destrutiva. Tanto a circulação ininterrupta quanto a irrupção da crise afirmam, por vias distintas, a necessidade da determinação recíproca entre os dois momentos do circuito mercantil. A separação, levada ao extremo, denuncia sua própria

falácia estrutural: a crise é o momento em que a unidade se impõe, não como síntese harmônica, mas como colapso da mediação que sustenta a forma social da troca (GRESPLAN, 2012, p. 80).

Consequentemente, a crise, nesse nível, é uma possibilidade<sup>8</sup> – um sintoma da não-identidade entre valor e realização. A mercadoria contém valor apenas na medida em que pode ser vendida, mas sua realização depende de um processo social que está fora de seu controle imediato. Ademais, nesse ponto da exposição ainda não há o desenvolvimento da possibilidade até a efetividade, considerando que para tal seria necessário elucidar um conjunto de relações que no estágio da circulação simples de mercadorias sequer foram abordadas (GRESPLAN, 2012, p. 81).

Ainda, a crítica da economia política de Marx revela que já a circulação simples de mercadorias, ainda no início do Livro I de *O capital*, contém em si uma possibilidade latente de ruptura. Essa possibilidade ganhará concretude nos próximos níveis da exposição, mas sua estrutura lógica está desde o início presente na forma-mercadoria. A cisão entre compra e venda inaugura a negatividade que atravessará todo o desenvolvimento da economia capitalista – e a crise é sua expressão recorrente.

### A crise na produção de mais-valor: o limite interno da valorização

O segundo nível da crise situa-se no cerne do Livro I de *O capital*, no momento em que Marx analisa a produção imediata do mais-valor. Aqui, a crise não é mais apenas uma virtualidade da troca de mercadorias, mas uma estrutura interna ao processo de valorização. Depois de tratar na exposição do processo de obtenção do dinheiro através da venda da mercadoria (M-D-M'), neste ponto se analisa o processo de transformação do dinheiro em capital, que se define como valor que se valoriza, como processo em que o valor antecedente (capital-dinheiro) se transforma em mais-valor por meio da exploração do trabalho vivo. No entanto, essa dinâmica contém uma contradição fundamental, que será melhor tratada adiante.

---

<sup>8</sup> A relação entre crise e necessidade no pensamento de Marx não deve ser confundida com uma oposição simples entre o acaso e a determinação. Como aponta Grespan, embora Marx rejeite a ideia de que as crises sejam meras contingências externas ao capitalismo – buscando fundamentá-las como resultantes de suas próprias contradições internas –, ele não as trata como absolutamente inevitáveis. O conceito de necessidade empregado por Marx se aproxima da noção hegeliana de necessidade relativa: uma forma de necessidade que depende de um encadeamento de condições contingentes para se efetivar. Ou seja, as crises são necessárias no interior da totalidade contraditória do capital, mas não no sentido de uma necessidade absoluta, que excluiria toda possibilidade de resultado diverso. Essa ambivalência reside no fato de que o capital comporta, simultaneamente, disposições opostas e igualmente necessárias, cuja tensão estrutura a dinâmica do sistema. Nesse contexto, a realização efetiva de uma crise depende da relação entre essas determinações contraditórias e das condições concretas de sua reprodução. Como observa o autor, esse entendimento permite a Marx evitar tanto o fatalismo econômico quanto a redução das crises a fenômenos meramente acidentais ou externos ao sistema (GRESPLAN, 2012, pp. 39-40).

De antemão, temos que a especificidade da crise na produção capitalista está enraizada na lógica da autovalorização do valor, que constitui a essência do capital. Diferentemente dos meios de produção – que apenas transferem seu valor às mercadorias –, a força de trabalho é a única mercadoria capaz de gerar mais valor do que ela mesma representa. Isso significa que, ao adquirir força de trabalho e meios de produção, o capitalista realiza um adiantamento de valor que, ao passar pela esfera da produção, se transforma em capital acrescido de mais-valor (MARX, 2013, p. 227).

Esse excedente, expresso na fórmula  $D-M-D'$ , é a condição lógica e histórica da acumulação capitalista. O capital, portanto, só se sustenta enquanto processo de valorização: é a própria dinâmica de expansão de valor pela mediação do trabalho humano. Marx é enfático ao afirmar que “o motivo que impulsiona e a finalidade que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital” (MARX, 2013, p. 553). Trata-se de uma definição tanto lógica quanto social: o capital é, ao mesmo tempo, uma relação social fundada na compra e venda da força de trabalho e um movimento incessante de valorização.

Nessa relação, a força de trabalho é convertida em capital variável, justamente porque sua aplicação modifica a grandeza de valor do capital total. Já os meios de produção compõem o capital constante, pois seu valor se conserva – apenas se transfere para o produto final. Essa distinção é fundamental para compreender como o capital busca, incessantemente, extrair o máximo de mais-trabalho possível, seja por meio do prolongamento da jornada laboral (gerando mais-valor absoluto) ou pela elevação da produtividade com base em inovações tecnológicas e organizacionais, e pelo barateamento dos meios de subsistência dos trabalhadores, entre outras maneiras descritas por Marx no Capítulo 10 em diante do Livro I (gerando mais-valor relativo) (MARX, 2013, pp. 390-4; 578).

Ambas respondem a uma única exigência: a produção de mais-valor como fundamento da acumulação capitalista. Isso revela a lógica autodestrutiva do capital. Para ampliar o mais-valor, o capital tende a reduzir a base sobre a qual ele se apoia – o trabalho vivo. A crise, nesse nível, emerge da contradição entre a necessidade de ampliar indefinidamente a produção de mais-valor e os limites materiais e sociais do processo de trabalho.

Essa contradição não é externa ao capital, mas sua forma de ser: o capital depende da exploração do trabalho, mas tende a reduzir o tempo de trabalho necessário por meio de melhorias nas forças produtivas. Quanto mais o capital se autonomiza, mais estreita se torna sua relação com o trabalho, que é, paradoxalmente, a única fonte real de valor. Esse movimento contraditório prepara o terreno para a

irrupção da crise, pois o mais-valor produzido não encontra sempre condições de realização, seja pela limitação da demanda, seja pelo encurtamento da base trabalhadora ou pela superprodução de mercadorias.

Por sua vez, a reconversão do mais-valor em capital – isto é, sua acumulação – inaugura o ciclo da reprodução ampliada<sup>9</sup>, que exige a compra de mais força de trabalho, matérias-primas e meios de produção. Esse processo não é meramente técnico, mas reproduz continuamente a separação entre trabalhadores e meios de produção, constituindo o trabalhador como força de trabalho abstrata, vendida no mercado como mercadoria. Como afirma Marx, o trabalhador “produz constantemente o capital como poder estranho que o domina” (MARX, 2013, p. 646), e sua reprodução como assalariado é condição necessária da reprodução do capital.

Ocorre que a dinâmica do capital não se limita à produção de mercadorias: ela visa, essencialmente, à produção de mais-valor como fim em si mesma. Nesse sentido, o valor de uso da mercadoria, inclusive da força de trabalho, importa ao capital apenas na medida em que permite sua valorização. A mercadoria só interessa enquanto portadora de valor – ou seja, enquanto suporte da reprodução ampliada do capital. Isso introduz a cisão estrutural mencionada anteriormente entre o valor de uso e o valor de troca no interior do próprio processo produtivo.

Essa cisão atinge seu limite quando o capital, pressionado pela concorrência, busca incessantemente aumentar a composição orgânica substituindo trabalho vivo por máquinas e técnicas mais avançadas a fim reduzir o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias, generalizando a produtividade e intensificando a extração de mais-valor relativo. O resultado é uma contradição que Marx formulou de modo lapidar: “O capital é a contradição em processo: tende a reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que põe o trabalho como única fonte de valor.” (MARX, 2011, p. 222) Ou seja, quanto mais o capital se torna produtivo, mais destrói a base que o sustenta<sup>10</sup>.

Grespan retoma essa formulação a partir da ideia de negatividade: a crise revela

<sup>9</sup> Em Marx, a reprodução ampliada do capital ocorre quando o mais-valor produzido não é consumido pelo capitalista, mas reinvestido no processo produtivo, seja na forma de mais meios de produção, seja na contratação de mais força de trabalho. Diferente da reprodução simples, na qual o capital apenas se recompõe no mesmo volume, a reprodução ampliada pressupõe a acumulação de capital, ou seja, a expansão do processo produtivo e do próprio capital. Esse movimento caracteriza a dinâmica do capitalismo como modo de produção orientado à valorização contínua e crescente do valor (MARX, 2013, p. 452).

<sup>10</sup> Temos aqui a questão do fetichismo do capital, no qual o capital total aparenta ser a fonte do lucro, e não o trabalho vivo. Isso, apesar da aparência de mera ilusão, se baseia efetivamente no movimento real do capital de nivelamento da taxa de lucro nos diversos ramos através da concorrência (GRESPLAN, 2012, p. 181). Em outras palavras, esse fetichismo cria uma inversão: o capital parece produtivo por si só, mascarando o papel essencial do trabalho e a exploração envolvida no processo de acumulação.

o ponto em que a valorização do capital entra em choque com as próprias condições materiais e sociais da produção. O capital não pode abrir mão do trabalho vivo, mas tende a reduzi-lo a um mínimo para aumentar sua taxa de lucro. Com isso, acentua a contradição entre produção e valorização, abrindo espaço para a crise como forma de “reajuste violento” da reprodução capitalista (GRESPLAN, 2012, p. 23).

Portanto, neste segundo nível, a crise revela-se como limite interno à valorização, não por razões técnicas ou de má alocação, mas pela própria estrutura do capital enquanto relação social. A negatividade aqui é objetiva e necessária: a produção que não pode se realizar como capital mostra que o capital encontra em si mesmo os elementos de sua desestabilização. Aqui se encontra o cerne da diferença entre a crise na circulação simples, exposta no tópico anterior, com a crise na esfera da produção imediata de mercadorias: não é mais a satisfação das necessidades dos produtores individuais de mercadorias que está em perigo devido à dificuldade em realizar as trocas, e sim a própria valorização do capital. E como este se define justamente pela autovalorização, trata-se da negação do capital pelas tendências desenvolvidas por ele mesmo (GRESPLAN, 2012, p. 131).

Por isso, como sujeito que tem em si próprio seu fim e forças para adequar suas formas de existência à realização dele, o capital é o “conteúdo fundado”, o interior a partir do qual se exteriorizam as determinações contraditórias, inclusive a crise. Ou seja, não é possível “explicar” a ocorrência de crises no quadro categorial da circulação simples, que fornece apenas a forma geral delas, mas não a “causa” que as faz irromper; elas aí permanecem enquanto “possibilidade formal”. Quando o conteúdo não se define mais do exterior e sim do interior da esfera do valor, porém, ele é “conteúdo fundado” na subjetividade do capital e fundante, por sua vez, da manifestação das tendências opostas que dele resultam. Por isso, como afirma Grespan, a crise não é uma anomalia passageira ou um erro de gestão, mas a expressão histórica e concreta da negatividade constitutiva do capital. A produção de mais-valor, ao mesmo tempo em que funda o capital, também o desestabiliza. A crise, nesse nível, é a manifestação periódica da incompatibilidade entre a reprodução social do trabalho e a reprodução ampliada do valor (GRESPLAN, 2012, p. 23).

Assim, a produção imediata de mais-valor revela não apenas a origem da acumulação capitalista, mas também o germen interno da sua instabilidade crônica. A crise surge quando a valorização já não encontra espaço para se realizar, quando o capital não consegue mais expandir seu circuito sem enfrentar os limites sociais e naturais que ele próprio criou. A forma social da produção capitalista, portanto, carrega desde sua origem a negatividade que a ameaça periodicamente com colapso.

## A crise na circulação do capital como capital: o desequilíbrio sistêmico na produção

O terceiro nível da crise se desloca para a totalidade do processo cíclico do capital, conforme analisado no Livro II de *O capital*. Aqui, o capital não é apenas produção, mas um circuito que envolve múltiplos momentos: a compra de meios de produção e força de trabalho ( $D-M$ ), a produção de mercadorias ( $P$ ), a venda ( $M'$ ) e a realização do valor ( $D'$ ). Esse ciclo –  $D-M-P-M'-D'$  – pressupõe a contínua transformação do valor e sua realização final como capital acrescido.

Contudo, esse processo não ocorre de forma harmônica. A cisão entre os momentos do ciclo gera descompassos estruturais. A circulação do capital como totalidade exige a sincronização entre produção e circulação, mas essa sincronização é constantemente rompida pela imprevisibilidade da produção capitalista, que pode dificultar a realização do mais-valor. O capital total só pode se reproduzir se houver articulação entre os diferentes capitais individuais, mas essa articulação não é garantida por nenhuma racionalidade superior: ela depende de decisões isoladas, expectativas de lucro e dinâmicas de mercado imprevisíveis.

A crise, neste nível, manifesta-se como desequilíbrio sistêmico. A defasagem entre produção e realização, entre investimento e retorno, entre oferta e demanda, produz interrupções no ciclo. Um capital que não realiza seu valor não pode ser reinvestido, o que compromete outros ramos interligados e desorganiza toda a circulação. É premente a quebra de continuidade do processo de valorização global, levando à paralisação parcial ou geral de ramos produtivos.

Embora Marx afirme categoricamente que “o mais-valor não pode ter origem na circulação” (MARX, 2013, p. 240), isso não significa que essa esfera seja secundária ou meramente formal no conjunto da crítica da economia política. Ao contrário, a circulação é condição indispensável da valorização. O capital só se realiza enquanto tal se completar seu circuito por meio do mercado: é ali que ele se reconhece, se transforma e se reproduz. Não se trata de contrapor produção e circulação como esferas excluídas, mas de compreendê-las enquanto momentos de uma unidade contraditória (MARX, 2014, p. 28).

Para que o capital exista, como já repisado, é necessário que o possuidor de dinheiro encontre no mercado uma mercadoria peculiar – aquela cujo valor de uso é fonte de valor: a força de trabalho (MARX, 2013, p. 242). A possibilidade de comprar essa mercadoria depende, por sua vez, de duas condições históricas: que o trabalhador seja livre e proprietário de sua própria força de trabalho, e que não disponha de outros meios de vida senão sua capacidade de vender essa força. A reprodução do capital

depende, portanto, de determinadas condições sociais e jurídicas, que se manifestam na forma da troca “livre” e “igualitária”, mas que ocultam relações econômicas de fundo.

Essa entrada no mercado é o ponto de partida da circulação do capital como capital, e Marx dedica o Livro II de *O capital* a esse momento. O capital, agora compreendido como unidade de produção e circulação, aparece não apenas como uma relação social, mas como movimento cíclico e processo de metamorfoses. O dinheiro é convertido em mercadorias (meios de produção + força de trabalho), essas são transformadas em mercadorias valorizadas ( $M'$ ), e por fim reconvertidas em dinheiro ( $D'$ ). O processo  $D-M-P-M'-D'$  não é linear nem garantido: ele está sujeito a interrupções, descompassos e contradições internas.

Como destaca Marx no início do Livro III, o capital só pode ser investigado em sua totalidade com base na unidade entre produção e circulação (MARX, 2017, p. 28). O objetivo já não é apenas descrever categorias isoladas, mas identificar e expor as formas concretas que emergem do processo total do capital. Essa totalidade não é uma simples soma de partes, mas uma estrutura em movimento, cujos diferentes momentos se interpenetram, se condicionam e se contradizem.

Do ponto de vista metodológico, essa abordagem é fundamental. A crítica da economia política de Marx não se contenta em tratar a produção como causa e a circulação como efeito. Ao contrário, ela busca compreender como a valorização só se efetiva pela mediação da circulação, e como a própria circulação é atravessada por determinações sociais provenientes da produção. Como diz Marx, o capital não é uma coisa imóvel, mas um movimento que percorre diversas formas (MARX, 2014, p. 33).

Esse movimento envolve diferentes níveis de análise: desde o capital individual, que gira entre compra, produção e venda, até o capital social total, no qual se entrelaçam múltiplos capitais individuais e formas de reprodução ampliada. O Livro II já antecipa essas dimensões, ao estudar tanto o tempo de rotação do capital quanto as condições de equilíbrio entre os departamentos da reprodução. Mas é no Livro III que Marx busca compreender como as formas desenvolvidas do capital derivam do processo total, incluindo suas tensões, suas autonomizações e suas figuras fetichizadas, como será observado no tópico seguinte.

A análise do capital como processo cíclico exige que compreendamos suas formas funcionais: capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria. Elas não são compartimentos autônomos nem esferas separadas por natureza, mas momentos interdependentes de um único movimento total – o capital industrial. Cada uma expressa formas transitórias que o capital assume no percurso do valor em

sua valorização: o capital monetário é o ponto de partida; o capital produtivo, o momento da criação do mais-valor; e o capital-mercadoria, o veículo para a realização desse mais-valor no mercado.

Segundo Marx, o capital assume essas formas de modo sequencial, retornando sempre à sua forma inicial: o dinheiro. Contudo, ele não retorna como o mesmo dinheiro – mas como valor valorizado ( $D'$ ). Essa circulação não é simples – como no circuito  $M-D-M$  da troca mercantil – mas um movimento orientado pela autovalorização (MARX, 2014, p. 132). O dinheiro, ao comprar força de trabalho e meios de produção ( $D-M$ ), torna-se capital produtivo ( $P$ ), e ao gerar uma mercadoria portadora de mais-valor ( $M'$ ), retorna à forma dinheiro aumentada ( $D'$ ). Todo o circuito se constitui como movimento de expansão do valor, sob a condição de que suas fases se realizem sem interrupção, ou seja, a cada etapa, ele cumpre uma função distinta, e só pode progredir para a próxima após realizar plenamente essa função.

Contudo, essa dinâmica é estruturalmente marcada pela possibilidade de interrupções e bloqueios. Como destaca Marx, o ciclo do capital só se completa se as fases se sucedem sem descontinuidade; do contrário, o capital “enrijece-se como tesouro”, os meios de produção permanecem inativos, e a força de trabalho fica sem função (MARX, 2014, p. 132). Em outras palavras, se o capital estaciona em qualquer das fases do circuito – como dinheiro que não se converte em meios de produção, como força de trabalho ociosa, como mercadoria que não encontra comprador –, o processo de valorização se estanca. A crise se manifesta, então, como rigidez temporal e espacial do capital: o valor se acumula numa forma específica, impedindo a circulação e a reprodução global.

Essa análise permite também compreender o capital como totalidade social em movimento. Ele não existe de forma homogênea, mas sim “simultaneamente e em justaposição espacial em suas diferentes fases” (MARX, 2014, p. 132). A circulação do capital não é apenas um percurso, mas uma estrutura dinâmica que interliga produção, mercado, classe trabalhadora e tempo histórico. A forma valor se autonomiza nesse processo, mas sua própria mobilidade revela a possibilidade de colapso.

Outro ponto a se esclarecer é que no movimento real do capital não há uma sucessão linear entre as formas  $D$ ,  $M$ ,  $P$ ,  $M'$  e  $D'$ . Em vez disso, o capital se apresenta simultaneamente em suas diversas formas. Enquanto um capital individual está na fase da produção, outro está vendendo sua mercadoria e outro ainda reinvestindo o capital-dinheiro. Como observa Marx, trata-se de uma totalidade articulada de processos interdependentes, cujos momentos se realizam ao mesmo tempo, embora com funções distintas (MARX, 2014, p. 132).

Ainda, a própria rotação do capital impõe limites temporais à valorização. Marx destaca que o tempo de circulação é tempo perdido para o capital (MARX, 2013, p. 337), pois ele não está produzindo valor nesse intervalo. O capital busca, então, acelerar continuamente sua rotação, o que implica pressão sobre os trabalhadores, sobre a tecnologia, sobre a natureza. Mas essa aceleração é contraditória: quanto mais se acelera a rotação, mais vulnerável se torna o circuito a interrupções, gargalos logísticos e crises de liquidez.

Nesse sentido, a unidade entre produção e circulação, embora necessária à reprodução do capital, é marcada por um profundo descompasso. A anarquia da produção capitalista impede que os diversos capitais individuais se articulem harmonicamente. Cada capitalista atua isoladamente, guiado pela concorrência e pela busca de lucro máximo, sem qualquer planejamento coordenado da economia como um todo. Com isso, o processo de valorização, embora dependa da realização no mercado, não assegura por si só as condições para essa realização.

Esse é o fundamento da crise como desproporcionalidade sistêmica: quando há excesso de oferta em um setor e escassez em outro, quando o capital circulante não retorna no tempo necessário, quando o capital fixo<sup>11</sup> immobiliza valor por períodos longos demais – o circuito D–M–P–M'–D' se interrompe, e a reprodução do capital como totalidade entra em colapso parcial ou geral. A negatividade aqui se expressa como falha na mediação entre as figuras do capital, como ruptura na continuidade do processo de valorização.

A crise, nesse nível, revela-se como expressão de uma forma social que não consegue sustentar a reprodução contínua do trabalho e do valor, justamente porque os separa, culminando na desorganização das múltiplas esferas da circulação, que deveriam operar articuladamente para garantir a valorização. A forma-valor se manifesta, aqui, como instância que exige coerência sistêmica, mas cuja própria lógica impede o equilíbrio. O capital, ao se multiplicar em circuitos autônomos e concorrentes, se torna incapaz de se autorregular sem rupturas periódicas, ou, nas palavras de Marx, “estas [as crises] são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o

---

<sup>11</sup> Em Marx, o capital fixo é a parte do capital constante investida em meios de produção duráveis, como máquinas, ferramentas e instalações. Ele transfere seu valor gradualmente para o produto final ao longo de vários ciclos de produção. Já o capital circulante compreende os elementos do capital que são consumidos integralmente em cada ciclo produtivo, como matérias-primas, força de trabalho (capital variável) e energia. Enquanto o capital fixo permanece no processo por um tempo prolongado e se deprecia lentamente, o capital circulante completa seu ciclo de rotação mais rapidamente, sendo convertido em mercadoria e depois em dinheiro, retornando à forma inicial para reinício do processo de valorização (cf. MARX, 2014).

equilíbrio perturbado” (MARX, 2017, p. 248).

A simultaneidade espacial das formas do capital exige, portanto, uma leitura crítica da reprodução como totalidade contraditória. A crise é o momento em que a unidade funcional do capital se desfaz e suas partes aparecem como fragmentos disfuncionais. O ciclo, que parecia automático, revela sua dependência da coesão entre produção e circulação – uma coesão que é permanentemente ameaçada pela própria dinâmica expansiva do capital (GRESPLAN, 2012, p. 239).

Dessa forma, a circulação do capital como capital não é apenas um percurso funcional, mas uma condição sempre instável de possibilidade da valorização. A crise, ao interromper esse movimento, deixa de ser meramente econômica e assume um caráter social ampliado, como será melhor descrito no tópico seguinte: o desemprego, a falência de empresas, a quebra de bancos e o empobrecimento de populações não são efeitos colaterais, mas expressões concretas da lógica contraditória do capital em sua forma circulatória.

### A crise no Livro III como crise na reprodução do capital social: o colapso da forma autonomizada

No Livro III de *O capital*, Marx retoma o trato da crise em um nível mais concreto, centrado nas formas mediadas e derivadas do capital. Aqui, a crise deixa de ser a explosão da contradição entre capital e trabalho, entre produção e valorização, ou uma ruptura do seu ciclo, como descrito nos tópicos anteriores, para se configurar como resultado da autonomização das formas do valor, que passam a operar de maneira relativamente independente da produção de valor real. Essa autonomização atinge seu ponto máximo na figura do capital fictício, isto é, o capital “como um autômato que se valoriza por si mesmo” (MARX, 2017, p. 524), na forma de títulos que prometem participar do mais-valor futuro, mas adquirem uma existência puramente formal, baseados em expectativas futuras, projeções de rendimento e lógicas financeiras dissociadas do processo de geração real de mais-valor.

A crise passa a ser então a expressão da dissociação entre forma e substância. Enquanto no Livro I o capital entra em crise pelo fato de o crescimento da produção não corresponder à expansão da demanda necessária à sua realização, no Livro III essa não realização ocorre em um sistema de mediações que encobrem o fundamento real do valor: o trabalho abstrato. O capital monetário, o capital portador de juros e o capital fictício operam como “metamorfoses” do capital produtivo, mas adquirem uma aparência de autonomia que mascara suas determinações materiais. A valorização fictícia, baseada em expectativas futuras, pode crescer indefinidamente, até colapsar

com violência.

A forma capital portador de juros é particularmente reveladora dessa lógica. Marx destaca o seu alto nível de fetichização, na medida em que ele aparece como uma coisa capaz de gerar valor por si mesma, independente do trabalho. Nas palavras de Marx, “no capital portador de juros, porém, tanto a devolução como a cessão do capital são mero resultado de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e uma segunda pessoa. O que vemos é apenas cessão e devolução. Tudo o que se encontra entre esses dois polos se esfuma” (MARX, 2017, p. 396). Ele seria, pois, uma espécie de figura fantástica do capital, o que não retira a sua efetividade, já que as repercussões na sociabilidade capitalista são várias (MARX, 2011, p. 68). Desse modo, apaga-se a determinação de fundo da oposição capital-trabalho, e não resta vestígios de todo o processo de exploração do trabalho e extração de mais-valor (cf. SARTORI, 2019a; 2019b). Essa aparência dá suporte à expansão do crédito, das finanças e das bolhas especulativas. No entanto, essa lógica se torna instável à medida que a diferença entre valor real e expectativa de valorização se aprofunda.

Ligado à essa forma, temos o que Marx chama de capital fictício: capital que aparenta advir do próprio capital ( $D-D'$ ), sem passar pelo processo de valorização ( $D-M-D'$ ), e o que sobra aparentemente é apenas o título jurídico que dá direito aos juros gerados. Nesse processo, temos que “o capital portador de juros (‘ilusório’) torna-se fictício quando o direito a tal remuneração ou aos rendimentos dos juros ou dívida contratada é representado por um título negociável, com a possibilidade de ser vendido a terceiros. Ou seja, quando um capital que é dívida começa a ser comercializado e que, na realidade, não existe (esta é a base de sua ficção, que depois as finanças tornarão muito mais complexas)” (DIERCKXSENS *et al.*, 2018, p. 39). A valorização ou desvalorização desses títulos está mais relacionada às dinâmicas especulativas e financeiras do mercado do que à produção de mercadorias ou serviços na economia real.

O capital fictício apresenta uma natureza ambígua: ele é real do ponto de vista dos atos mercantis individuais, que se realizam diariamente no mercado, mas é fictício quando considerado sob a ótica da totalidade da economia. Essa contradição expressa sua dialética – ele é e não é fictício; é e não é real. Por essa razão, pode-se afirmar que ele é simultaneamente fictício e real: fictício por não possuir substância material própria, mas real por carregar uma determinação efetiva do capital, qual seja, o direito de participar do mais-valor (CARCANHOLO, 2013, p. 147).

Carcanholo (2012, p. 148), ainda, exemplifica que, na prática, essa duplicação significa que tanto a empresa quanto os acionistas podem dispor de seu patrimônio

real como garantia para operações de crédito, como se a riqueza tivesse sido multiplicada. Quando o valor total das ações corresponde ao valor efetivo do patrimônio, tem-se um primeiro tipo de capital fictício (tipo 1), em que há riqueza substantiva subjacente, ainda que duplicada. Já quando o valor das ações supera o patrimônio efetivo da empresa, estamos diante de um segundo tipo de capital fictício (tipo 2), em que a valorização nominal não possui qualquer correspondência com riqueza real. A distinção é fundamental: enquanto o tipo 1 se ancora em capital produtivo e, em alguma medida, relaciona-se com a produção de mais-valor, o tipo 2 carece totalmente de substância e não contribui em nada para a criação de excedente econômico.

Isso intensifica o fetichismo do capital explicado anteriormente, fazendo parecer que o dinheiro gera mais dinheiro, obscurecendo o papel do trabalho humano na criação de valor: o capital produtivo, investido diretamente na produção, está ligado ao trabalho humano, mas ainda assim é percebido como uma força autônoma, e o capital comercial e o capital financeiro – especialmente o capital fictício, como ações e títulos – intensificam essa ilusão. Por exemplo, o dinheiro investido em uma ação parece gerar lucro sem conexão com a produção real ou o trabalho envolvido, criando a ideia de que o capital "trabalha" ou "dá frutos" por conta própria: a sua forma fantástica faz com que os rendimentos regulares dele advindos sejam vistos como juros, seja ele proveniente de um capital ou não, como se fosse propriedade do dinheiro criar valor e gerar juros, assim como a de uma pereira é dar peras (MARX, 2017, p. 382).

Marx explora, nesse sentido, como os títulos jurídicos, tais quais as referidas ações e outros instrumentos financeiros, desempenham um papel na dinâmica da acumulação de capital, representando reivindicações sobre ele, mas não constituem diretamente o capital produtivo (MARX, 2017, p. 450). Eles não deixam de ser, no entanto, fundamentais para o funcionamento do modo de produção capitalista, pois permitem a mobilização e redistribuição de riqueza, ao mesmo tempo que introduzem uma camada de abstração e fetichismo no entendimento do capital, como mencionado anteriormente. Assim, ao mesmo tempo em que os títulos jurídicos se colocam como uma ferramenta essencial na acumulação de capital, permitindo, por um lado a expansão do sistema capitalista, por outro, sua potencial desconexão da produção real contribui para crises econômicas e para a perpetuação da ilusão de que o capital é uma entidade autônoma. Dessa forma, os títulos jurídicos são tanto um meio de acumulação quanto um reflexo das contradições fundamentais do capitalismo.

Em síntese, a crise no Livro III aparece como o ajuste brutal entre forma e

substância, como quando os títulos e ativos financeiros se desvalorizam por não corresponderem à produção real de valor. Aqui vemos o desdobramento concreto daquilo que foi mencionado na Seção 2.1 (páginas 9 e 10) quando analisávamos o fato de que uma série de obrigações podem advir de um mesmo montante de dinheiro (A pode usar um crédito que possui com B, a fim de pagar o que deve a C, e este a D): uma interrupção nos pagamentos pode culminar em uma crise sem precedentes, como na crise do *subprime* em 2008, na qual títulos altamente alavancados serviam como garantia de outros títulos e o estouro da bolha revelou a sua ausência de lastro, causando efeitos devastadores na economia mundial<sup>12</sup>. Rompeu-se então o fluxo social de confiança e a circulação de dinheiro também mencionados na Seção 2.1, e quando esse fluxo é rompido o sistema entra em colapso. Tal momento assume o caráter de uma “desvalorização em massa”, que atinge capitais fictícios, força de trabalho e meios de produção. Diferente do Livro I, onde o capital entrava em crise por não conseguir realizar sua própria lógica, aqui ele entra em crise por ter se afastado excessivamente dela.

Outro elemento importante é que o Livro III mostra como as crises não são apenas destrutivas, mas também funcionais à reprodução do capital. A destruição de capitais durante a crise prepara as condições para um novo ciclo de valorização. Assim, a crise se torna o meio necessário de restauração das condições de acumulação, ainda que isso implique desemprego em massa, falências, concentração de riqueza e retrocessos sociais profundos.

A forma como Marx descreve o capital fictício antecipa, de maneira surpreendente, dinâmicas do capitalismo contemporâneo: a financeirização da economia, a especulação sistêmica, a dissociação entre indicadores financeiros e condições materiais de produção e reprodução da vida. O Livro III, nesse sentido, complementa e radicaliza o trato das crises formulado no Livro I. Ele mostra que a crise não é apenas um momento de parada do ciclo, mas uma manifestação da totalidade contraditória do capital em sua forma desenvolvida.

---

<sup>12</sup> “Os empréstimos *subprime* eram aqueles feitos com famílias sem uma fonte regular de renda e sem um histórico favorável de pagamentos e eram diferenciados dos empréstimos prime. Os primeiros receberam notas de avaliação de risco alto e os demais de risco pequeno ou zero, com a classificação mais alta. Os dois tipos de contratos eram ‘empacotados’ em derivativos CDO. Esses derivativos chamados *Collateralized Debt Obligations* (CDO) ou Obrigação de Dívida com Garantia, mais inteligível se explicarmos como um título de dívida garantido por algum ativo, surgiram na década de 1980 e eram títulos garantidos por empréstimos hipotecários, cartões de crédito e até a dívida de pagamentos às universidades. Como esses derivativos incluíam dívidas subprime, eles eram associados a contratos de *swap*, os *Credit Default Swap* (CDS), por meio do qual os compradores de CDO buscavam um seguro pagando parte de sua receita. Naquela época, entraram no American International Group (AIG), a maior seguradora do mundo na época, Fannie Mae e Freddie Mac, que garantiam os empréstimos hipotecários; todos entraram em colapso em 2008.” (DIERCKXSENS et al., 2018, p. 47)

É notório no Livro III, então, que crise assume a forma de colapsos financeiros generalizados: bolhas especulativas estouram, ativos perdem valor abruptamente, o crédito se retrai e o sistema bancário entra em colapso. Mas o que está em jogo não é apenas uma má gestão ou um erro de cálculo – é a limitação estrutural da forma autonomizada do capital, que não pode se reproduzir indefinidamente à margem da produção de mais-valor.

Esse nível da crise implica a destruição massiva de capital fictício, a retração de investimentos, o desemprego estrutural e, muitas vezes, respostas políticas drásticas para restaurar a rentabilidade do capital<sup>13</sup>. A negatividade atinge aqui seu ápice: não há mais como mascarar a contradição entre forma e substância. O capital, ao tentar suprimir seus limites por meio da abstração financeira, os reencontra com ainda mais força. Trata-se do fechamento lógico da crise, em que o capital é levado a negar a si mesmo ao ultrapassar os limites da valorização real.

As crises se espalham pelo mercado mundial de forma tão ampla quanto o próprio capital, acompanhando sua trajetória de expansão global. Conforme analisa Grespan (2012, p. 28), “a crise do mercado mundial é o correspondente negativo do capital neste ponto último de sua expansão e o conceito de crise respectivamente é o mais complexo e abrangente”. Em outras palavras, à medida que o capital se propaga pelo planeta em seu movimento de autovalorização, a crise se configura como sua contrapartida necessária – um reflexo estrutural que ganha expressão mais intensa e abrangente justamente no patamar mais avançado da produção global. Este é, portanto, o recorte central que orienta a nossa análise.

Ao ser compreendida como a expressão negativa e necessária da lógica expansiva do capital, a crise não é algo externo a ele, mas sim um desdobramento inerente à sua própria dinâmica contraditória. Ela evidencia, de forma privilegiada, a contradição fundamental entre capital e trabalho, assumindo assim um papel central tanto para a compreensão do funcionamento do modo de produção capitalista quanto para sua crítica. Sua análise permite, então, revelar os limites internos do capital, suas tendências autodestrutivas e as aparências que ele gera na superfície social – aparências que, por sua vez, ocultam o conteúdo real das categorias econômicas envolvidas.

A extração de mais-valor depende da utilização do trabalho vivo, e é precisamente essa dependência que o capital tenta reduzir por meio do aumento da

<sup>13</sup> Bons exemplos disso são os pesados socorros financeiros promovidos pelos governos, como ocorreu nos Estados Unidos ao estourar da crise de 2008, que na verdade beneficiaram principalmente os bancos e a classe capitalista, enquanto a população, especialmente os proprietários despejados, não recebeu o mesmo tipo de auxílio (HARVEY, 2011, p. 30).

composição orgânica: substituindo trabalho vivo por máquinas e técnicas mais avançadas. Assim, o que aparece como progresso técnico é, sob a lógica do capital, uma tentativa de intensificar a produção de mais-valor, mas que tende a diminuir a fonte real da valorização, já que o trabalho vivo é o único criador de mais-valor. Trata-se de uma contradição entre as forças produtivas desenvolvidas pelo capital e os limites postos pela própria forma-valor.

Esse movimento contraditório conduz ao que Marx chamou de lei tendencial da queda da taxa de lucro. Ainda que o capital aumente a massa de mais-valor em termos absolutos, a proporção entre mais-valor e o capital total investido tende a declinar<sup>14</sup>. Marx explica:

O fenômeno, derivado da natureza do modo capitalista de produção, de que com uma produtividade crescente do trabalho diminui o preço da mercadoria individual ou de uma quantidade dada de mercadorias, aumenta o número das mercadorias, diminui a massa de lucro por mercadoria individual e a taxa de lucro sobre a soma das mercadorias, ao mesmo tempo em que aumenta a massa de lucro sobre a soma total das mercadorias – esse fenômeno evidencia apenas a diminuição da massa de lucro sobre a mercadoria individual, a queda do preço desta última e o aumento da massa de lucro sobre o número total aumentado das mercadorias produzidas pelo capital total da sociedade ou pelo capitalista individual. O que se depreende disso é que o capitalista adiciona menores lucros, por livre determinação, sobre a mercadoria individual, porém se ressarce por meio do maior número de mercadorias que produz. (MARX, 2017, p. 268)

Essa tendência não é acidental, mas decorre da própria lógica da valorização: há um descompasso entre a necessidade de ampliar o mais-valor e os limites materiais da produção. A concorrência entre capitais impulsiona todos os setores a reduzirem custos e elevarem a produtividade, promovendo inovações tecnológicas que, por sua vez, barateiam as mercadorias e reduzem a taxa de lucro. No entanto, esse processo afeta de forma desigual os diversos capitais, pois nem todos conseguem acompanhar o mesmo ritmo de inovação, e aqueles que ficam para trás acabam excluídos do mercado.

Além disso, as inovações que inicialmente garantem lucros extraordinários tendem a se generalizar, comprimindo os preços e exigindo produção em maior escala. A valorização passa, então, a depender da venda de um volume cada vez maior de mercadorias. Isso acirra a contradição entre a capacidade produtiva ampliada e as limitações da realização no mercado, sobretudo quando o consumo é restringido pela

---

<sup>14</sup> Há uma diferença aqui entre taxa de lucro e massa de lucro: a primeira se trata da equação referida acima, em que o mais-valor é dividido pela soma entre capital total e capital variável, enquanto a segunda consiste na diferença entre o preço de venda e o preço de custo (somatório do que foi gasto no processo de produção) da mercadoria.

compressão dos salários ou pela superexploração do trabalho.

Importa sublinhar que essa é uma lei de tendência e não uma fatalidade absoluta. O próprio Marx adverte que se trata de uma “lei cuja aplicação absoluta é contida, refreada e enfraquecida por circunstâncias contrarrestantes” (MARX, 2017, p. 234). Entre essas circunstâncias, destacam-se: o aumento do mais-valor absoluto por meio do prolongamento da jornada de trabalho; o crescimento do mais-valor relativo com o barateamento das mercadorias de subsistência; a compressão dos salários abaixo do valor da força de trabalho; o barateamento dos elementos do capital constante; a ampliação do comércio exterior; a utilização da superpopulação relativa como reserva de força de trabalho, entre outras a serem analisadas em determinadas circunstâncias e no decorrer de longos períodos (MARX, 2017, p. 276). Ou seja, como mencionado anteriormente, o estatuto da “necessidade” da ocorrência da queda da taxa de lucro em Marx é o de uma necessidade *relativa* e não *absoluta*, pois sempre admite a possibilidade do seu oposto e depende de condições externas para se concretizar, sendo assim, ela é capaz de se sobrepor às contingências, mas sem anulá-las completamente (GRESPLAN, 2012, pp. 39-40).

De acordo com Carcanholo (2013, p. 137), a especulação também vem sendo utilizada como estratégia para tentar frear essa lei. Diante da tendência de queda da taxa de lucro, que marcou especialmente a década de 1970, o capital buscou novas formas de assegurar sua valorização, e se lançou de maneira frenética à especulação, convertendo-a não em um desvio ou patologia do sistema, mas em uma tentativa de remediar sua enfermidade estrutural. O grande capital chegou mesmo a acreditar ter encontrado uma forma de geração de riqueza que prescindisse tanto da exploração direta do trabalho humano quanto da apropriação da natureza, elevando a tecnologia, a informação e o conhecimento à condição de forças autônomas, quase mágicas, capazes de assegurar a rentabilidade exigida. Na prática, o objetivo era que ela superasse o investimento produtivo como principal meio de apropriação de lucros. A crença na possibilidade de valorização sem base material – em que a circulação de títulos e ativos parecia substituir a produção de valor – consolidou-se como forma de enfrentamento à queda da taxa de lucro. No entanto, quando o circuito especulativo se vê abalado, como nas crises, evidencia-se o caráter ilusório dessa estratégia: a riqueza aparente desmorona, revelando novamente que o capital não pode prescindir do trabalho vivo como fundamento último da valorização.

Isso se relaciona ao fato de que um dos elementos centrais da dinâmica contraditória do capital é a relação inversa entre a taxa de lucro e a taxa de mais-

valor<sup>15</sup>. Ambas funcionam como formas de mensuração da valorização do capital, mas produzem resultados divergentes. Como aponta Grespan (2012), essa tensão gera uma situação de “desmedida”: enquanto a taxa de mais-valor indica um aumento na valorização do capital, a taxa de lucro, conforme a lei tendencial da sua queda, aponta uma trajetória descendente. Assim, o próprio capital se vê diante da impossibilidade de estabelecer um critério único para medir sua valorização, o que implica uma perda de referência interna nos processos de reprodução e acumulação.

Por sua vez, essa desmedida é expressão direta da contradição constitutiva do capital, cuja lógica o leva a tentar submeter integralmente o trabalho vivo a seu domínio, impedindo que o trabalho se configure como totalidade autônoma. Grespan descreve essa contradição da seguinte maneira:

A desmedida expressa, assim, a contradição imanente ao capital em sua pretensão a rebaixar o trabalho vivo a momento do todo por ele formado e a impedir que o trabalho forme também uma totalidade por seu lado [...]: conforme um dos lados desta relação, o capital mede sua valorização pela taxa de lucro, como se ele fosse, enquanto capital total, o criador de valor, conforme o outro lado, porém, sua pretensão se choca com a realidade de que apenas o trabalho vivo cria valor, e a medida da valorização pela taxa de mais-valia entra em oposição com a taxa de lucro. (GRESPAN, 2012, p. 188)

Esse impasse se expressa de forma particularmente aguda no fenômeno da sobreacumulação periódica de capital, tal como desenvolvido por Marx no Livro III. Trata-se de um momento em que o avanço da acumulação alcança um ponto em que os capitais disponíveis não encontram condições para serem valorizados. Não se trata, portanto, apenas de uma produção excessiva de mercadorias isoladas, mas de um excesso de capital que não pode ser investido lucrativamente<sup>16</sup>.

Como afirma Marx:

A superprodução de capital não significa outra coisa senão a superprodução de meios de produção [...] que podem ser empregados para a exploração do trabalho [...] uma vez que a queda desse grau

---

<sup>15</sup> A taxa de mais-valor (ou taxa de exploração) é a razão entre o mais-valor produzido ( $m$ ) e o capital variável ( $v$ ) adiantado pelo capitalista, isto é, o valor da força de trabalho. Ela expressa o grau de exploração do trabalho, indicando quanto trabalho não pago é extraído em relação ao trabalho pago:  $m' = m / v$ . Já a taxa de lucro é a razão entre o mais-valor ( $m$ ) e o capital total adiantado ( $c + v$ ), que inclui tanto o capital variável quanto o capital constante ( $c$ , ou seja, máquinas, matérias-primas etc.):  $r = m / (c + v)$ . A taxa de lucro, portanto, é sempre influenciada pela composição orgânica do capital e tende a diminuir à medida que cresce a proporção de capital constante em relação ao capital variável, ainda que a taxa de mais-valor aumente (MARX, 2017, p. 69).

<sup>16</sup> A relevância da sobreacumulação periódica de capital nas crises e a questão da possibilidade/necessidade delas não é pacífico na literatura marxista. Rosa Luxemburgo, por exemplo, teceu a sua teoria do colapso econômico do capitalismo para responder àqueles que defendiam a possibilidade de eternização desse modo de produção. Rosdolsky (ROSDOLSKY, 2001, pp. 92-100; 538-54) trata dessa discussão, defendendo que esse tipo de leitura se baseia em uma má interpretação da arquitetura d'*O capital*, tendo em vista que se utiliza de categorias do Livro II que só estariam suficientemente concretas no Livro III.

de exploração abaixo de certo ponto provoca [...] crises e destruição de capital. (MARX, 2017, p. 254)

Diante dessa situação, a única forma de restabelecer a valorização é pela destruição de capital excedente – seja por meio de falências, perda de valor de ativos, desemprego em massa ou fechamento de empresas. A crise, assim, atua como um momento violento de restauração das condições de acumulação. Nas palavras de Marx já mencionadas anteriormente: “erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado” (MARX, 2017, p. 248).

A alternância entre expansão e crise revela-se, portanto, não como uma oscilação meramente conjuntural, mas como expressão estrutural das contradições internas do modo de produção capitalista. É essa alternância que possibilita tanto a recuperação das quedas na taxa de lucro quanto o surgimento de novos ciclos de valorização a partir da reestruturação produtiva provocada pelas crises.

Esses episódios de crise costumam se manifestar como quedas generalizadas nos preços, colapsos no sistema de crédito, interrupção de pagamentos, cortes salariais e elevação do desemprego. Paradoxalmente, esses próprios elementos abrem espaço para uma reorganização das condições produtivas: os capitais sobreviventes tendem a reduzir custos, incorporar novas tecnologias e rebaixar a composição orgânica do capital. A concorrência, por sua vez, seleciona quais capitais resistirão à crise e quais inovações serão colocadas na fase seguinte de expansão (MARX, 2017, p. 251).

Dessa forma, a crise aparece como mecanismo contraditório de autorregulação do capital. As fases de crescimento e retração não se alternam mecanicamente, mas contêm internamente as condições da sua reversão mútua. Como afirma Marx, “a produção capitalista tende constantemente a superar esses limites [...] porém consegue isso apenas em virtude de meios que voltam a elevar diante dela esses mesmos limites, em escala ainda mais formidável” (MARX, 2017, p. 248).

O verdadeiro limite à expansão da produção capitalista não está fora dela, mas no próprio capital. Ao perseguir como fim exclusivo sua autovalorização, o capital entra em conflito com o desenvolvimento irrestrito das forças produtivas sociais. Assim, embora historicamente eficaz na elevação da produtividade e na criação de um mercado mundial, o modo de produção capitalista produz também seus próprios limites estruturais (MARX, 2017, p. 248). Nesse sentido, a crise expressa, de forma aguda, a contradição imanente ao capital, que é, ao mesmo tempo, o sujeito do processo de produção e sua barreira interna intransponível.

## Considerações finais

Este artigo buscou investigar de que maneira a teoria da crise é delineada de forma distinta nos Livros I, II e III de *O capital* e o que essa diferença revela sobre a estrutura contraditória do modo de produção capitalista. Ao longo da análise, foi possível mostrar que, embora os três volumes trabalhem com níveis diferentes de abstração, todos tratam a crise não como evento exterior ao capital, mas como expressão necessária de sua lógica interna.

No Livro I, a crise emerge da própria estrutura da valorização do valor: da contradição entre trabalho vivo e trabalho objetivado, da tendência à substituição do trabalho por maquinaria, da dificuldade de realizar o mais-valor produzido no mercado. Já no Livro II, a crise se manifesta na coordenação temporal e funcional entre os diferentes circuitos do capital (produção, circulação e consumo), revelando o risco de interrupções e descompassos entre compra e venda, produção e realização, que podem comprometer a reprodução do capital como um todo. No Livro III, por sua vez, a crise assume a forma da dissociação entre valor real e suas formas autonomizadas, como o capital portador de juros e o capital fictício. Aqui, o colapso se manifesta como explosão da ilusão de valorização sem base material, levando à desvalorização generalizada de ativos e à destruição de capital.

A leitura proposta por Jorge Grespan em *O negativo do capital* foi decisiva para compreender como essas modalidades distintas de crise não se excluem, mas se complementam logicamente. Tal autor interpreta a crise como momento em que a negatividade do capital se realiza plenamente – tanto no plano da relação imediata com o trabalho quanto no das formas econômicas desenvolvidas. A unidade entre os livros está precisamente nessa negatividade: o capital só se reproduz ao negar o que o funda, e a crise é a revelação cíclica dessa contradição. Nesse sentido, adotou-se uma periodização conceitual do desenvolvimento da categoria de crise em quatro níveis: (1) na cisão entre compra e venda na circulação simples; (2) na produção imediata de mais-valor; (3) na circulação do capital como capital; e (4) no processo global de reprodução do capital social.

Em suma, a análise comparada dos Livros I, II e III permite aprofundar a crítica da economia política ao mostrar que a crise não é um desvio, mas a própria forma de ser do capital como totalidade contraditória. Longe de representar uma falha accidental do sistema, a crise exprime o limite estrutural de um modo de produção baseado na valorização incessante do valor – e, portanto, na negação permanente da vida como fim em si mesma.

## Referências bibliográficas

- CARCANHOLO, Reinaldo A. *Capital: essência e aparência* v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- DIERCKXSENS, Wim; PIQUERAS, André (Org.). *O capital frente ao seu declínio: fim da unipolaridade global, transição para o pós-capitalismo?* São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GANDER, Sascha. *The European economic crisis from 2007 onwards in the context of a global crisis of overproduction of capital – a Marxian monetary theory of value interpretation*. Berlin: Institute for International Political Economy, 2011.
- GRESPAN, Jorge Luís. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. Sociedades capitalistas tardias, o Livro III de *O capital* e a dialética entre trabalho e as figuras econômicas concretas. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 6, n. 1, pp. 5-39, 2019a.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. Fetichismo, transações jurídicas, socialismo vulgar e capital portador de juros; o Livro III de *O capital* diante do papel ativo do direito. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 52, 2019b.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. A crítica ao direito no Livro III de *O capital* de Karl Marx. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 8, n. 57, 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/129>>.
- TOUSSANT, Eric. *A bolsa ou a vida*. Trad. Equipe Perseu Abramo. São Paulo: Perseu Abramo, 2022.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Paulo Cesar Castanheda. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- FOSTER, John Bellamy; MAGDOFF, Fred. *The great financial crisis*. Nova York: Monthly Review Press, 2009.

### Como citar:

PRESCILIANO, Ana Clara Passos. A crise em níveis: o todo artístico dos três volumes de *O capital* de Karl Marx. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 30, n. 2, pp. 34-61, 2025.